

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.398.448 - RJ (2018/0302264-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A - MASSA FALIDA
REPR. POR : LASPRO CONSULTORES LTDA - ADMINISTRADOR
ADVOGADO : BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR E OUTRO(S) -
RJ137395
AGRAVADO : UROBISON PEREIRA GOMES
ADVOGADO : FABIANE RABELLO DE SOUZA - RJ088208

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 54):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE NEGA O PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA.

1. O benefício da gratuidade de justiça encontra respaldo legal no inciso LXXIV do art. 5º da Constituição da República de 1988, o qual não fez distinção quanto às pessoas jurídicas.
2. Para que a pessoa jurídica possa ser beneficiária da gratuidade de justiça, deve comprovar o fato de se encontrar em situação que a inviabilize de assumir os ônus decorrentes do processo, por intermédio de prova documental que retrate sua saúde financeira. Verbete Sumular nº 121 deste Tribunal de Justiça.
3. Hipossuficiência não comprovada. A decretação de falência, por si só, não gera direito à obtenção do benefício da gratuidade de justiça e não exime o requerente de apresentar documentação comprobatória de sua situação econômico-financeira para a análise de sua real impossibilidade de fazer frente ao pagamento das despesas processuais.
4. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, esses foram desprovidos (e-STJ, fls. 111-115).

Nas razões de recurso especial, alega o ora agravante violação dos arts. 186, 187, 927 e 944 do Código Civil. Aponta, ainda, ofensa às Leis n. 1.060/1950, 10.406/2002 e 13.105/2015.

Sustenta que comprovou a sua condição financeira abalada, acrescida da sentença que decretou sua falência.

Busca o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 181).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 190-192 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 216).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Instada a se manifestar quanto ao indeferimento da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, a Corte local assim consignou (e-STJ, fls. 56-57):

(...) observa-se nos autos que o agravante não trouxe à colação nenhum documento hábil a demonstrar a impossibilidade do pagamento das despesas do processo sem o comprometimento de sua existência, argumentando apenas a sua decretação de falência.

No entanto, tal situação, por si só, não gera direito à obtenção do benefício da gratuidade de justiça e não exime o requerente de apresentar documentação comprobatória de sua situação econômico-financeira para a análise de sua real impossibilidade de fazer frente ao pagamento das despesas processuais.

Cabe salientar que os documentos trazidos aos autos pelo banco agravante em fls. 552/555, também, não são aptos a comprovar a sua hipossuficiência econômica do agravante, já que o balancete juntado data do ano 2012, fato este que impossibilita a constatação de sua atual situação financeira.

Desse modo, não se vislumbra, na hipótese, a excepcionalidade referida na súmula 121, desta Corte, eis que não restou comprovada a impossibilidade do agravante de arcar com o pagamento das despesas processuais, razão pela qual não merece acolhida a pretensão recursal.

Quanto à alegada violação dos arts. 186, 187, 927 e 944 do Código Civil, verifica-se que os referidos temas não foram examinados na instância de origem e nem foram opostos embargos de declaração a fim de suscitar discussão a respeito.

É, pois, inafastável a incidência dos enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. REVOGAÇÃO PELO MAGISTRADO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento.

Incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que não ficou demonstrada a falta de condições financeiras da agravante para arcar com as custas do processo. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

4. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

5. É pacífico na jurisprudência do STJ o entendimento de que é relativa a presunção de hipossuficiência declarada pelo requerente da assistência judiciária gratuita, podendo ser revogado o benefício se o magistrado constatar condição econômico-financeira apta a satisfazer os ônus processuais.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1089437/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 09/10/2017.)

Ademais, no tocante à apontada ofensa às Leis n. 1.060/1950, 10.406/2002 e 13.105/2015, verifico que o ora recorrente sequer apontou quais dispositivos de lei federal entendeu por violados, de modo a permitir o conhecimento do recurso especial com espeque na alínea “a” do inciso III do artigo 105, da Constituição Federal.

Assim sendo, imperioso concluir pela incidência da Súmula nº 284, do Supremo Tribunal Federal, visto que a deficiência na fundamentação do recurso não permitiu a exata compreensão da controvérsia.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora